

Questão Discursiva 02769

Resolva as questões abaixo, considerando as seguintes situações hipotéticas: Uma autarquia do Estado do Amapá celebrou contrato administrativo com a empresa PRODAR, por meio do qual esta se obrigou a fornecer à administração bens indisponíveis no mercado nacional. Todavia, quando apenas 20% dos bens já haviam sido importados, de acordo com o cronograma de fornecimento definido no contrato, o governo federal recém empossado, alterou substancialmente a política de importação, restaurando a reserva de mercado de produtos de informática, em favor da indústria nacional. Pelas novas regras, a inexistência de produto congêneres no mercado nacional autorizaria a importação, mas mediante alíquota do imposto aduaneiro elevada de 100% para 300% do valor do produto. A empresa ingressou em Juízo pedindo fosse a autarquia estadual compelida a compensar os prejuízos suportados pela PRODAE, já que estava diante de um fato que não havia dado causa. A Ação foi distribuída para a 1ª Vara Cível de Macapá. Como juiz da causa, quais seriam os fundamentos de sua decisão.